

O DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

WANDERLEY TIAGO VELANO

Advogado em Alfenas – MG

O Dano moral foi devidamente consagrado no direito brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, incs. V e X, reza:

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Após o advento da Constituição de 1988, doutrina e jurisprudência, preocuparam-se com a questão do dano moral e suas repercussões no direito civil, havendo inúmeras ações nos tribunais sobre esta matéria.

O conceito de dano moral é esclarecido pelos civilistas brasileiros:

Dano moral. Lição de Aguiar Dias: o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada. Lição de Savatier: dano moral é todo sofrimento humano que não é causado por

uma perda pecuniária. Lição de Pontes de Miranda: nos danos morais a esfera ética da pessoa é que é ofendida: o dano não patrimonial é o que, só atingindo o devedor como ser humano, não lhe atinge o patrimônio (TJRJ 1ª C. – Ap. – Rel. Carlos Alberto Menezes Direito – j. 10-11-91 – RDP 185/198).

O Dano moral pressupõe dor física ou moral, e se configura sempre que alguém aflige outrem injustamente, sem com isso causar prejuízo patrimonial. O dano estético, que se inscreve na categoria de dano moral, por sua vez, pode gerar indenização a título de dano moral, e a título de dano material, por participar de aspectos de um e de outro (TJSP – 8ª C. – Ap. – Rel. Franklin Nogueira – j. 15-4-92 – RT 683/79). (Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial, Rui Stoco, RT, 1ª ed., p. 395).

O dano moral é aquele que surte efeitos na órbita interna do ser humano, causando-lhe uma dor, uma tristeza ou qualquer outro sentimento capaz de afetar o lado psicológico, sem qualquer repercussão de caráter econômico (Revista LTr, Jorge Pinheiro Castelo, v. 59-4, p. 488).

No âmbito do direito civil, a jurisprudência tem entendido que o direito à indenização por dano moral é amplo:

Sem dúvida que, frente ao disposto em seu art. 5º, V, a vigente Constituição Federal assegurou de forma genérica e ampla o direito ao ressarcimento pelo dano moral, autonomamente. Assim lícito ao marido o direito de pleitear a verba pela perda de sua esposa em acidente de trânsito, decorrente à dor causada por esse evento (1º TACSP – 7ª C. – Ap. Rel. Barreto de Moura – j. 20-8-91 – JTACSP-RT 130/112). (Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, Rui Stoco, RT, 1ª ed., p. 399).

O ressarcimento do dano moral é inteiramente cabível, ainda porque albergado na nova Constituição da República, e porque, em rigor, encontra guarida na própria

regra geral consagrada no art. 159 do Código Civil. Na espécie, foram atingidos direitos integrantes da personalidade do apelante, tendo ocorrido o sofrimento humano, que rende ensejo à obrigação de indenizar. Patente a ofensa não só à integridade física, como também ao sofrimento de auto-estima da vítima, também merecedor da tutela jurídica. Concretiza-se, em resumo, a hipótese de ofensa a um direito, ainda que dela não decorrido prejuízo material (TJSP – 7ª C. – Ap. – Rel. Campos Mello – j. 30-10-91 – RJTJESP 137/186). (Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial, Rui Stoco, RT, 1ª ed. p. 399).

A doutrina também estabelece critérios para a aferição de dano moral:

Os níveis social, intelectual e econômico de uma pessoa firmam padrões de comportamento. Tais padrões decorrem também, é certo, de outros elementos, que influem na personalidade.

Há pessoas de grande inteligência, cultas e de elevada posição social que, no entanto, por qualquer tara, são capazes de praticar crimes tenebrosos, como consignam os anais da criminologia. Somente o valor espiritual, isto é, o conjunto de virtudes dele, é capaz de conduzi-lo ao bom caminho.

Mas não se deve levar a proposição acima ao pé da letra, porque a gama de fatores que influenciam nas atitudes do ser humano é infundável e imprevisível.

É imprescindível ao magistrado, ao fixar a indenização, ter completo, se possível, conhecimento do comportamento do ofensor, antes e depois da ofensa moral, o que se constata do Código Nacional de Telecomunicações, in verbis:

Na estimação do dano moral o juiz terá em conta notadamente a posição social ou política do ofensor, a

intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e a repercussão da ofensa. (Dano Moral, Christino Almeida do Valle, AIDE, p. 140).

A Lei nº 4.117 de 27-8-62, que instituiu o Código Brasileiro de Comunicações, mais explícito (que o art. 1.547, parágrafo único, do Código Civil), manda que se repare o dano moral (art. 81) e indica os critérios para a estimação dessa indenização (art. 84). Aliás, o simples fato dessa indenização poder ser fixada pelo Juiz em importância maior ou menor prova que não se cuida de ressarcir um dano patrimonial determinado. Também aqui deve-se entender que, existindo difamação, injúria ou calúnia, o legislador presume a ocorrência de prejuízo para o ofendido, presunção que exime a vítima do ônus de provar o dano (RJTJESP 1/22). (Rui Stoco – Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT, 1ª ed. P. 404).

A jurisprudência entende que a fixação do dano moral deve ser feita pelo juiz:

O simples fato dessa indenização poder ser fixada pelo juiz em importância maior ou menor prova que se cuida de ressarcir um dano patrimonial determinado. (RJTJESP 1/22).

A jurisprudência é no mesmo sentido e fixa em 20 salários mínimos a indenização. (RT 120/107; 121/138 e 128/172).

A aplicação de dano moral ao processo do trabalho e a competência da Justiça Especializada para dirimir estas questões tem hoje fortes defensores, que argumentam com o art. 114 da Constituição Federal, *in verbis*:

Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e,

na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

Para esses autores, basta que o dano decorra de contrato de trabalho:

No sistema jurídico contemporâneo a garantia constitucional da ação é vista como uma cobertura integral do mundo jurídico substancial. O direito moderno não é mais um sistema de ações típicas, mas, um sistema integrado por direitos que ficam cobertos integralmente pela garantia da ação.

O ilícito trabalhista, assim como o ilícito civil, são ditos contínuos, vez que não se exige que, necessariamente, venham traçados em tipos legais estritos, bastando que estejam relacionados com todo o sistema jurídico. Esta característica permite que a garantia da ação civil e da ação trabalhista abranja todo o ordenamento jurídico e não apenas uma figura típica.

A condenação no pedido de dano moral é fundamental para que se ponha um paradeiro em alegações pesadas, insinceras e levianas contra a honra das pessoas, especialmente de alguém que, por vezes dedica até anos de sua vida a uma empresa.

É preciso impor um basta à impunidade e apenar a má fé e a falta de serenidade e ética nas relações laborais.

Deste modo, quando a empresa for acusar alguém de ímprobo precisa ter certeza da acusação de conduta desonesta que está imputando ao seu empregado.

Aliás, se na vida civil exige-se que as pessoas tenham esta certeza antes de acusarem qualquer pessoa, podendo inclusive incidir em crime, com muito maior razão é de se exigir que o empregador tenha cuidado quando, v.g., acusa de desonesto o empregado que lhe serviu, às vezes, por

anos. (Revista LTR, Jorge Pinheiro Castelo, v. 59-4, pp. 488 e 491).

Finalizando, realçamos que, o direito é fator de equilíbrio social, técnica de realização e ordenamento dos fatos sociais, reguladora, objetiva ou subjetivamente, da conduta individual de agregação ou usurpação de interesse, para tornar-se direito regulador das relações de trabalho niveladas através das formas novas de organização dos grupos intraestatais, sob critério associativo, conforme frisa Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, em Atualidade e Afirmação do Direito Social, Publicada na Revista do Trabalho, p. 101.

Do exposto somos levados à conclusão de que é descabida a restrição de alguns que são contrários a indenização por danos morais no processo trabalhista, tendo em vista que a CLT não é omissa, porém, incompleta, vindo a Constituição da República a completá-la, onde acreditamos na acolhida da tese com limitações, pois o texto consolidado e o constitucional se referem em linguagem positiva e excludora de quaisquer dúvidas. (Revista LTr, Fernando B. Freire, v. 57-7, p. 837).

Questão de grande interesse prático é a de saber qual a Justiça competente para dirimir os dissídios motivados pelo dano moral trabalhista. O art. 114 da CF atribui competência à Justiça do Trabalho para conciliar e julgar os dissídios individuais entre empregados e empregadores, entre os quais, não se pode negar, figuram os decorrentes de dano moral extrapatrimonial sofrido pelo empregado em qualquer das fases; pré-contratual, contratual e pós-contratual. Mesmo antes da vigência da atual Constituição já reconhecemos, apoiando-nos em Luigi de Litala e Cristovão Tostes Malta, a competência da Justiça do Trabalho para a ação de perdas e danos quando uma controvérsia que tenha por objeto o ressarcimento do dano sofrido por uma das partes contratantes for estritamente derivada dessa mesma relação.

Fortalece esse entendimento recente acórdão em que o E. Supremo Tribunal Federal, conduzido pelo voto de Ministro Sepúlveda Pertence, concluiu não importar à determinação da competência da Justiça do Trabalho dependa a solução da lide de questão de direito civil mas sim que o fundamento do pedido assente na relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho (Conflito de Jurisdição nº 6.959-6, Distrito Federal). (Revista LTr, Pinho Pedreira, v. 55-05, p. 559).

Na mesma direção, a jurisprudência trabalhista considera a Justiça do Trabalho competente para dirimir questões relativas ao dano moral, relativa à relação de emprego:

Dano moral. Indenização. Competência da Justiça do Trabalho. A indenização de dano moral desde que ocorrente na relação de emprego, embora de natureza civil é de competência da Justiça do Trabalho. Ac. (unânime) TRT 9ª Reg. 3ª T (RO 5996/91), Rel. Juiz Pedro Ribeiro Tavares, DJ/PR 14-8-92, p. 171.

Dano Moral. Dispensa de empregado, sob a acusação precipitada de má conduta e improbidade. Decisão trabalhista transitada em julgado, que proclamou a inexistência de falta disciplinar. Vergonha sofrida com a precipitada acusação, que atingiu a reputação e honra do autor, como cidadão e trabalhador. Confirmação da sentença que acolheu o pedido de reparação por dano de ordem moral, arbitrada moderadamente. Ac. TJ/RJ 3ª C.C. (AC 1694/92), Rel. Des. Elmo Arueira, DO/RJ 25-3-93, p. 184. (Dicionário de Decisões Trabalhistas, B. Calheiros Bomfim e Silvério dos Santos, Edições Trabalhistas, 24ª ed. pp. 199 e 200).

É irrelevante observar, porém, que Justiça comum também se considera competente para conhecer e julgar ações relativas a dano moral opostas pelo empregado:

O empregador que denuncia criminalmente o empregado, atribuindo-lhe crime que atinja a sua honra e

boa fama, responde civilmente pelos prejuízos que causa. O dano moral com conseqüências patrimoniais enseja reparação econômica (TJRJ – 2ª C. – Ap. – Rel. Roque Batista – j. 12-8-75 – RT 521-267). (Rui Stoco, *Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial*, RT, 1ª ed., p. 395).

Ação ajuizada pelo empregador contra o empregado, com fundamento no art. 159 do CC. Competência. Como a causa de pedir é o ato ilícito e o objeto é a reparação certamente de ordem civil, compete à Justiça comum processar e julgar a ação. Conflito conhecido e declarado competente o suscitante. (STJ, CC, 60/Rio Grande do Sul, Reg.: 89079107, Ac. 2ª Seção, 9-8-89, Rel. Min. Nilson Naves) 54-1/57. (Ementário LTr, v. VII, 1988 a 1990, p. 148).

Entendemos, salvo melhor juízo, apesar da opinião abalizada de grandes doutrinadores do direito processual do trabalho, que não se pode interpretar *lato sensu* o art. 114 da CF, ampliando-se a competência da Justiça do Trabalho para todo tipo de ação, mesmo de natureza cível, oriunda do contrato de trabalho, porque causa assim fosse, a Justiça Especializada seria competente para julgar ações de acidente do trabalho e de reparação de dano por ato ilícito, transformando-se naturalmente em Justiça comum. Entendemos que a Justiça do Trabalho é incompetente *ratione materiae* para conhecer e julgar ações por dano moral propostas pelo empregado, ainda que resultantes da relação de emprego.